

## ***PLANO DE EQUACIONAMENTO DO PPSP***

**Conforme temos dito (eu, Sinedino, Brandão, Tedesco, Pami...), o ataque à Petros, mormente ao PPSP faz parte de um plano iniciado na gestão do Sr. Pedro Parente em 1999/2002, quando era Conselheiro de Administração da Petrobrás e chegou à sua presidência. Nesse período, ele comandou o processo de desnacionalização da Companhia tendo culminado com a mudança de seu nome para Petrobrax. Agora Parente retomou o processo e está vendendo ativos altamente estratégicos da Companhia a preços aviltados.**

**convidado para uma CPI, se recusou via liminar.**

## *Plano de equacionamento*

- **O Plano Petros 1 – BD – tem 25% de seus participantes não repactuados, o que implica em compromisso da Petrobras – art. 48 IX – de arcar com os déficits provocados pelo artigo 41 (níveis, RMNR, PCAC...). Os compradores da Companhia não querem correr estes riscos e, por isto inventaram o PPV e depois a repactuação. Os compradores da BR Distribuidora desistiram em face disto.**

## *Evidências da estratégia*

- **Evidências objetivas disto são a proposta da Petros de Separação das massas dos não repactuados daquela dos repactuados, e a resolução nº 24 do CNPC, que permite a patrocinadora retirar o patrocínio das submassas. O alvo são os não repactuados. O PPSP tem mais de seis submassas: pré-70 (Repactuados e N/R), pós 82, grupo 78/79... Por que só separar Repactuados e NR?**

## ***CAUSAS DO DÉFICIT DO PPSP (R\$ 22 BI EM 2015)***

### **Estruturais (40% a 50%) –**

- Família real – R\$ 5,2 bilhões;
- Limite de 90% - 3,4 bilhões
- Acordos e ações de níveis (2004 a 2006) R\$ 1,583 a 4 bilhões
- **RMNR E PCAC – 2/3 bilhões**

### **Conjunturais**

- Queda das ações R\$ 6 bilhões;
- Queda dos títulos marcados a Mercado R\$ 3 bilhões

### **Má Administração**

- Perda com a Sete Brasil – R\$ 2 bilhões
- 70 investimentos mal feitos – 2 bilhões
- Lupatech – 600 milhões
- **Fundo Administrativo – R\$ 1 bilhão. Não está no cálculo...**

## ***ARGUMENTOS JURÍDICOS CONTRA ESSA COBRANÇA***

- 1) A dívida da Petrobrás é da ordem de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 11 bilhões atestada por perícia judicial, mas não cobrada pela Petros (AOR cobrou só metade) + níveis + RMNR + PCAC = 15 MM;
- 2) A não reavaliação do Passivo. O CF vem tentando baseado, no art. 33 do estatuto da Petros, contratar uma consultoria especializada e competente para reavaliar o passivo e o CD impede. O CD não tem competência para negar isto ao CF. Não se pode cobrar um déficit sem ter certeza do passivo.
- A própria Petrobrás afirmou para a SEC americana que não sabe o valor do real do passivo da Petros; A atuaria Mirador tem mostrado falhas graves;
- 3) O TCF tem falhas que prejudicam os participantes;

## ***Argumentos jurídicos (2)***

- 4) O cálculo da massa dos pré-70 está errado. Ex. NTN é do PPSP e não uma verba carimbada e exclusiva. A Reserva Matemática deles é R\$ 10,3 bi, o patrimônio R\$ 4 bilhões;
- 5) O déficit está sendo cobrado pelo Pico. Pode-se cobrar até menos 7,9%. **O déficit do plano está em queda.**
- 6) Há interferências espúrias do Governo e da Petrobrás na Petros, que resultaram em forte prejuízo. Isto tem que ser levado em conta. Ex. Sete Brasil, 70 investimentos mal feitos e com falhas fortes...
- 7) O artigo 48 – IX consta do Regulamento, estando em vigor. Não repactuados mantêm esse direito.
- 8) Os participantes não tiveram direito de defesa: O CD tem o voto de minerva. Aprova investimentos e aportes contra o voto dos eleitos; aprova as contas que o CF rejeita há 14 anos, sendo nos 4 últimos anos, por unanimidade;

## ***Argumentos jurídicos 3***

- 9) A eleição de dois diretores para a DE não foi cumprida até hoje. Assim os participantes não puderam impedir a gestão temerária e as más aplicações.
- 10) A Petros informou ao CF que não tem como avaliar o impacto atuarial da RMNR e do PCAC sobre o plano PPSP. Então como cobrar? Que déficit?
- 11) O cadastro está ruim. Dele foi levantado o déficit de R\$ 5,2 bilhões referentes à Família Real. O recadastramento poderá mostrar esses erros.
- 12) A cobrança através da tabela progressiva é altamente questionável. Margem de consignação.

## ***CONCLUSÕES***

- 1) Um déficit existe e precisa ser cobrado, pois o plano está mais caro. Não é dessa ordem;
- 2) A Petrobrás deve ao plano Petros 1 cerca de 15 bilhões, que a Petros tem que cobrar.
- 3) A Res. CNPC 22 permite cobrar menos 7,9% do ativo, cerca de 6 bilhões. Se o déficit foi de 22 bilhões em 2015, e a Petrobrás deve R\$ 15 bilhões, resta R\$ 1 bilhão a cobrar.
- 4) A atual cobrança do déficit é totalmente inconstitucional, ilegal, absurda e inaceitável.



## ***Cálculo do equacionamento (site Petros)***

O Teto Previdencial do INSS , é R\$ 5.531,31. Então participantes e assistidos pagarão uma contribuição extra, calculada usando os percentuais com base: 1) no valor do Salário de Contribuição para os ativos; 2) sobre o Salário de Benefício para os assistidos.

1 – Os participantes (ativos) pagarão contribuições extras calculadas da forma abaixo para Salário de Contribuição. Ex.\$ 10.000:

a) Até  $\frac{1}{2}$  teto - 2.765,66 pagarão mais 3,20% sobre este Salário de Contribuição; **Valor: R\$ 88,50**

b)b) de 2.765,66 a 5.531,31 pagarão mais 6,63% sobre essa diferença: **Valor: R\$ 183,36 (sem parcela de dedução)**

c)c) de 5.531,31 a 10.000, pagarão mais 24,26% sobre essa diferença: **Valor: R\$ 1.087,67 (sem parcela de dedução)**

**d)Total: 88,50 + 183,36 + 1.087,67 = R\$ 1.359,53**

## *Cálculo do equacionamento - 2*

2 – Os assistidos pagarão contribuições extras calculados sobre o Salário de Benefício:

- a) Até o valor 2.765,66 pagarão mais 4,53% sobre este Salário de Benefício; P.F.=0 (125,28)
- b) de 2.765,66 a 5.531,31 pagarão mais 9,39% Parcela fixa a deduzir 134,41; (259,69)
- c) de 5.531,31 a 20.000 pagarão mais 34,44% Parcela fixa a deduzir: R\$ 1.520,00 (7.240,00)

## ***Perguntas sobre equacionamento***

- 1) O déficit do Plano Petros 1 (PPSP), em 2015, foi de R\$ 22 bilhões. A Resolução 22 do CNPC diz que podem ser equacionados 7,9% (Duration – 4) do ativo a menos, ou seja, R\$ 6 bilhões. Portanto, o valor a equacionar seria de R\$ 16 bilhões. A Petrobrás tem uma dívida com o fundo da ordem de 15 bilhões, sendo R\$ 11 bilhões reconhecidos por perícia judicial em Ação Civil Pública e outros R\$ 4 bilhões referentes a triênios, RMNR e PCAC, resultantes de ações judiciais e acordo de níveis. Se a Petrobrás é responsável por 15 bilhões, Por que o plano de equacionamento propõe equacionar R\$ 27 bilhões (22 bilhões corrigidos) ao invés de R\$ 1 bilhão corrigido?

## *Perguntas sobre equacionamento*

- 2) O Conselho Fiscal rejeita as contas há 14 anos. Um dos fatores de rejeição é o desconhecimento do passivo do Plano Petros 1. O CF propôs a contratação de uma consultoria especializada para reavaliar esse passivo, mas o Conselho Deliberativo vem impedindo essa contratação, obstruindo a ação do CF, sem amparo no estatuto ou no regulamento. Como cobrar um déficit sem saber o seu valor real? A própria Petrobrás comunicou à SEC americana que tem dúvidas sobre esse passivo.

## ***Perguntas sobre equacionamento***

- 3) Os pré-70, de responsabilidade da Petrobrás, tem uma Reserva Matemática (compromisso a ser coberto) de 10,3 bilhões, o qual sofreu as mesmas consequências conjunturais que causaram parte do déficit do plano. Por que isto não fez parte dos cálculos do plano de equacionamento?
- 4) Qual o critério para a adoção da tabela progressiva no equacionamento do déficit? Se quem recebe mais, paga mais, por que os aposentados, que ganham bem menos, pagam percentuais maiores do que os ativos?

## ***Perguntas sobre equacionamento***

- 5) Um participante que se aposentou antes de dezembro de 2015 vai pagar muito mais do que outro, de mesmo nível, que se aposentou a partir de janeiro de 2016. É justo isto?
- 6) O Conselho Fiscal tem indicado a rejeição das contas a 14 anos, sendo que, por unanimidade nos últimos quatro anos. Entre os argumentos para a rejeição consta o pedido de revisão da família real sob suspeita de ela ser diferente da família padrão estabelecida pelo atuário. Também o limite operacional de 90% vinha sendo objeto de várias ações judiciais. Por que somente em 2015 – ano em que o plano sofria problemas conjunturais sérios em face da aguda crise econômica e política - é que se resolveu reconhecer estes fatos de uma vez e causar esse déficit fantástico?

## ***Perguntas sobre equacionamento***

- 7) É mera coincidência estes fatos estarem ocorrendo nos fundos das estatais que estão na mira da privatização (Funcef, Previ, Postalís, Petros) ou faz parte do plano de desmonte que a quadrilha que assumiu o Governo previu no seu programa “A ponte para o futuro” – dos EUA? O efeito colateral de passar os R\$ 809 bilhões do patrimônio desses fundos para a mão dos bancos representados pelos ministros Meirelles e Goldfajn (Banco Central) também faz parte do plano? VGBL, PGBL são as arapucas que os bancos infligem aos incautos com taxas de carregamento e administração enormes.
- 8) O Acordo de Obrigações Recíprocas previu a redução de 55 para 53 anos a idade do contingente do pessoal de 1978/79. Isto representou um ganho considerável para os repactuados. A Petrobrás deveria aportar o valor desse ganho no plano PPSP. Essa é outra dívida. Por que não foi considerada?